

Senhor
Jucemar José Imperatori
Superintendente Nacional
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
SAUS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 10º andar
CEP: 70.070-030 – Brasília/DF

Ref.: Cooperação Técnica Regional Não-Reembolsável
No. ATN/OC-16388-RG. Programa de Apoio a
Parcerias Público-Privadas em Infraestrutura.
Projeto para Suporte ao Desenvolvimento de
Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas
voltado a Entidades Subnacionais Brasileiras.

Prezado Senhor Superintendente:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre a Caixa Econômica Federal (doravante denominada “Beneficiário” ou “Órgão Executor”, indistintamente) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não reembolsável de até US\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil dólares), que se desembolsará com recursos do capital ordinário do Banco destinados ao Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Infraestrutura Financiado com Capital Ordinário (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a seleção e contratação de consultores necessários para apoiar a identificação, avaliação e preparação das atividades de projetos de infraestrutura a serem implementados por meio do mecanismo de Parceria Público-Privada (doravante denominados “Projetos de PPP” ou, individualmente, “Projeto de PPP”), descrita no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Órgão Executor acordam o seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. **Órgão Executor.** A execução do Projeto e a utilização dos recursos da Contribuição caberão à Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Parcerias Público-Privadas da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP), conforme designação do Art. 1º do Decreto nº 9.217, de 04.12.2017.

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco: (a) das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais; (b) da apresentação, pelo Órgão Executor, de evidência de que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 12 das Normas Gerais; e (c) da apresentação, pelo Órgão Executor, do Regulamento Operacional do Projeto (ROP), nos termos previamente acordados com o Banco.

Quarto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Projeto será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 30 (trinta) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Quinto. Custo total do Projeto e recursos adicionais. O Órgão Executor compromete-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos ao custo total do projeto, doravante denominados “Aporte”, para a plena e ininterrupta execução do Projeto. O total do Aporte será equivalente a US\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil dólares), a fim de completar a soma de US\$ 1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil dólares), estimada como custo total do Projeto. Os rendimentos financeiros decorrentes deste Aporte deverão ser utilizados para o Projeto.

Sexto. Moeda de desembolso. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares.

Sétimo. Taxa de Câmbio. Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável para determinar a equivalência de despesas incorridas em moeda local a débito do Aporte ou a débito da Contribuição, será a taxa de câmbio vigente na data de desembolso do Aporte ou da Contribuição, respectivamente.

Oitavo. Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 10 das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer método descrito nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderão ser utilizados os sistemas de país nos termos descritos no Artigo 10(b) das Normas Gerais.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será colocado à disposição do Órgão Executor na página www.iadb.org/procurement. Abaixo deste

limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Órgão Executor.

Nono. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 10(c) das Normas Gerais, o Órgão Executor deverá utilizar o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

Décimo. Regulamento. As Partes acordam que a execução do Projeto será governada pelas disposições deste Convênio e de seu ROP. Se qualquer disposição deste Convênio apresentar alguma inconsistência ou contradição com o ROP, as disposições deste Convênio prevalecerão. As Partes acordam, ainda, que será necessário obter a não objeção do Banco, por escrito, antes de qualquer modificação ao ROP.

Décimo primeiro. Uso dos recursos. (a) Os recursos da Contribuição não reembolsável do Banco serão utilizados pelo Órgão Executor para contratar serviços de consultoria para apoiar a identificação, avaliação e preparação das atividades de projetos de infraestrutura dos beneficiários finais elegíveis (“Beneficiários Finais”) a serem implementados por meio do mecanismo de PPP, de acordo com os termos do Anexo Único deste Convênio e conforme estabelecido no ROP.

(b) Os custos com ditos serviços de consultoria deverão ser reembolsados pelos Beneficiários Finais ao Órgão Executor nas hipóteses previstas no ROP. Os recursos eventualmente recuperados deverão ser reutilizados pelo Órgão Executor para financiar novas atividades compatíveis com o objeto deste Convênio, nos termos do ROP.

Décimo segundo. Acompanhamento e Avaliação. O Órgão Executor deverá apresentar ao Banco os relatórios de acompanhamento com o conteúdo e periodicidade indicados no ROP.

Décimo terceiro. Supervisão da gestão financeira do Projeto. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 13 das Normas Gerais, os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios que, até a data de assinatura deste Convênio, foram identificados como necessários para supervisionar a gestão financeira do Projeto são as demonstrações financeiras auditadas e não auditadas dos recursos do Banco.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 13(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

Décimo quarto. Acesso à Informação. (a) O Órgão Executor compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, caso em que o Órgão Executor compromete-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Órgão Executor tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

(b) De acordo com a Política de Acesso à Informação acima referida e sujeito às suas disposições, o Banco divulgará ao público as Demonstrações Financeiras Auditadas (“DFAs”) recebidas do Órgão Executor, em conformidade com o Artigo Décimo terceiro destas Disposições Especiais.

(c) Nos casos em que o Órgão Executor identificar informação contida nas DFAs que considere confidencial, conforme as exceções previstas na Política de Acesso à Informação, este deverá preparar uma versão resumida das DFAs, de maneira satisfatória para o Banco, para divulgação ao público.

Décimo quinto. Propriedade intelectual. (a) O Banco deverá ser o proprietário de quaisquer direitos de propriedade intelectual derivados dos produtos produzidos ou contratados pelo Órgão Executor e financiados total ou parcialmente com recursos da Contribuição do Banco, nos termos deste Convênio (“Produtos”). As Partes concordam e entendem que o Banco terá o direito de usar, copiar, distribuir, reproduzir, exibir publicamente e executar os produtos, bem como criar quaisquer trabalhos derivados. Qualquer uso do nome ou logotipo do Banco pelo Órgão Executor requer prévia aprovação do Banco, por escrito, a qual poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Banco.

(b) Quando os trabalhos, processos ou documentos produzidos por meio desta Cooperação Técnica: (i) constituam um produto derivado de produtos ou materiais que sejam propriedade do Órgão Executor ou de terceiro; e (ii) não tenham sido gerados através de financiamento total ou parcial do Banco; o Banco reconhece que ditos trabalhos não serão de sua propriedade. Nestes casos, o Órgão Executor, por meio deste instrumento, outorga uma licença irrevogável, gratuita, com fins não comerciais, não exclusiva, por prazo indeterminado, para uso dos direitos de propriedade intelectual de ditos produtos, incluindo, sem limitação, o direito de divulgar ou publicar, exceto se a informação for identificada expressamente como “Confidencial” em forma escrita e entregue ao Banco. O Órgão Executor manterá o Banco a salvo de qualquer ação que possa ser iniciada contra o Banco, seus funcionários ou consultores, pelo uso de ditos direitos licenciados ao Banco e que tenham sido licenciados em violação a direitos que terceiros pudessem ter sobre sua propriedade.

(c) Com relação aos direitos de propriedade intelectual do Banco, o Banco confere, por meio deste, ao Órgão Executor, uma licença não comercial, não exclusiva, irrevogável, transferível, por prazo indeterminado, para o uso dos direitos de propriedade intelectual do Banco, a fim de que o Órgão Executor possa utilizar os produtos, inclusive para gerar outros produtos. Essa licença não compreende o uso do nome ou logotipo do Banco. O direito de uso dos produtos licenciados será por conta e risco exclusivo do Órgão Executor, conforme aplicável, o qual libera o Banco de toda responsabilidade e renuncia a qualquer ação contra o Banco com relação ao uso de ditos produtos e se compromete a indenizar plenamente o Banco por qualquer ação que eventualmente venha a ser interposta contra o Banco por qualquer parte que tenha sido afetada pelo uso de tais produtos.

(d) O Órgão Executor concorda em realizar todas e quaisquer atividades, incluindo, sem limitação, a assinatura de documentos e consultas com especialistas legais, caso aplicável, para garantir a transferência de todos e quaisquer direitos de propriedade intelectual associados aos Produtos financiados total ou parcialmente pelo Banco, nos termos deste Convênio. O Órgão

Executor também deverá assegurar que todos os contratos assinados com consultores nos termos deste Convênio, indiquem expressamente que o Banco será detentor de todos os direitos de propriedade intelectual. O Órgão Executor será responsável pela obtenção e transferência de todos estes direitos ao Banco, de forma que o Banco possa exercer todos os direitos mencionados nesta Cláusula sem violar direitos de terceiros.

Décimo sexto. Cancelamento. Sem prejuízo das hipóteses de suspensão ou cancelamento previstas no Artigo 7 das Normas Gerais, o Beneficiário poderá solicitar ao Banco o cancelamento deste Convênio no caso de alterações nas suas diretrizes estratégicas que afetem os objetivos do Projeto, mediante prévia comunicação ao Banco, com 30 (trinta) dias de antecipação, caso em que deverão ser devolvidos ao Banco todos os recursos desembolsados pelo Banco e não justificados pelo Beneficiário. Sem prejuízo do estabelecido nesta Cláusula, o Beneficiário compromete-se a cumprir com os compromissos já assumidos antes de dita comunicação de cancelamento, justificando os gastos incorridos ao Banco.

Décimo sétimo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira.

Do Órgão Executor:

Caixa Econômica Federal
SUFUS – Superintendência Nacional Fundos de Governo
SAUS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 10º andar
Brasília/DF, Brasil - CEP: 70.092-900
Endereço Eletrônico: sufus@caixa.gov.br

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577, Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Órgão Executor, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Órgão Executor.

Atenciosamente,

/A/

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

/A/

Luis Gustavo de Oliveira Pereira
Gerente Nacional

/A/

Jucemar José Imperatori
Superintendente Nacional

Data: 12 de dezembro 2018

INTERVENIENTE ANUENTE:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

/A/

Esteves Pedro Colnago Junior
Ministro de Estado do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão

Data: 18 de dezembro 2018

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERACÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo Único e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no Anexo Único. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo Único, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) Designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) Apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Como requisitos para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos da Contribuição estabelecidas no Artigo 2 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais: (a) o Beneficiário/Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado; e (b) o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor se compromete a abrir e manter uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição. Ademais, será necessário que não tenha ocorrido

nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso deverá ser entregue ao Banco, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do prazo para desembolso dos recursos ou da prorrogação do mesmo, acordada por escrito entre o Banco e o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso.

Artigo 4. Métodos de desembolsos da Contribuição. (a) Por solicitação do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição mediante: (i) reembolso de despesas; (ii) adiantamento de fundos; (iii) pagamentos diretos a terceiros; e (iv) reembolso contra garantia de carta de crédito.

(b) **Reembolso de despesas.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor houver realizado o pagamento das despesas elegíveis com recursos próprios. A menos que as partes acordem o contrário, os pedidos de desembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário.

(c) **Adiantamento de Fundos.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de adiantamento de fundos, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Projeto.

- (i) O montante do adiantamento de fundos será fixado pelo Banco com base: (aa) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de despesas elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o plano financeiro determine um período maior, o qual, em nenhum caso, poderá exceder 12 (doze) meses; e (bb) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, para gerir e utilizar os recursos da Contribuição.
- (ii) Cada adiantamento de fundos estará sujeito a que: (aa) a solicitação do adiantamento de fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (bb) com exceção do primeiro adiantamento de fundos, o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o plano financeiro determine uma porcentagem menor, que, em nenhum caso, poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).
- (iii) O Banco poderá aumentar o montante do último adiantamento de fundos vigente concedido ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, uma só vez durante a vigência do plano financeiro e na medida em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de despesas elegíveis não previstas.

- (iv) O Beneficiário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente a última solicitação de adiantamento de fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do prazo para o desembolso dos recursos estabelecido nas Disposições Especiais ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal adiantamento de fundos serão apresentadas ao Banco durante o período de encerramento, de acordo com o estabelecido no Artigo 5 destas Normas Gerais. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do prazo para o desembolso dos recursos ou suas prorrogações.
- (v) O montante de cada adiantamento de fundos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso. A justificativa de despesas elegíveis incorridas com os recursos de um adiantamento de fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do adiantamento de fundos expresso na moeda do desembolso, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Convênio. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do adiantamento de fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.
- (vi) O Banco poderá reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, de maneira satisfatória para o Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.
- (d) **Pagamentos diretos a terceiros.** O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Beneficiário ou, conforme o caso, do Órgão Executor. No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Beneficiário ou o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Beneficiário ou Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.
- (e) **Reembolso contra garantia de carta de crédito.** O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

Artigo 5. Período de Encerramento. (a) O Beneficiário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor realize, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, as seguintes ações: (i) finalizar os

pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados da Contribuição.

(b) Não obstante o anterior, se o Convênio prever relatórios de auditoria financeira externa a débito dos recursos da Contribuição, o Beneficiário se compromete a reservar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor reserve, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento das auditorias. Neste caso, o Beneficiário se compromete também a acordar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor acorde, com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Convênio, o Beneficiário se compromete a devolver ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor devolva, ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Artigo 7 deste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir as despesas elegíveis com os itens alocados a débito da Contribuição no orçamento do Projeto incluído no Anexo Único que descreve o Projeto. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Projeto. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Projeto.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dos desembolsos. (a) O Banco, mediante notificação ao Beneficiário, poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; e (ii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Projeto. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Projeto, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) Além do disposto no parágrafo (a) anterior, o Banco poderá: (i) suspender os desembolsos, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, caso seja determinado em qualquer etapa que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática proibida, conforme definido no Artigo 8 destas Normas Gerais (doravante denominadas “Práticas Proibidas”), durante o processo de contratação ou durante a execução de um contrato; e (ii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada

inequivocamente a uma aquisição determinada de bens, obras, serviços conexos ou serviços de consultoria, se: (aa) a qualquer momento determinar-se que tal aquisição ou contratação foi efetuada sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (bb) determinar-se que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que esteja atuando como proponente ou participando de atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, quando haja evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras coisas, a notificação adequada do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

Artigo 8. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Convênio, entende-se que uma Prática Proibida inclui as seguintes práticas: (i) “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberada ou imprudentemente, engane ou pretenda enganar alguma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte; (iv) “prática colusória” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, que inclui influenciar, de forma imprópria, as ações de outra parte; e (v) “prática obstrutiva” consiste em: (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusória; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir-lhe de divulgar seu conhecimento de assuntos que sejam importantes para a investigação ou que prossiga a investigação, ou (bb) todo ato que vise a impedir de forma material o exercício de inspeção do Banco e os direitos de auditoria previstos neste Convênio.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 7(c)(i) e 7(c)(ii)(bb) destas Normas Gerais, caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente proposta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para a aquisição de obras, bens, serviços relacionados e a contratação de serviços de consultoria;
- (ii) declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco se houver evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo na forma de uma carta formal censurando sua conduta;
- (iv) declarar uma empresa, entidade ou indivíduo inelegível, permanentemente ou por um período determinado para: (aa) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (bb) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor ou prestador de serviços por outra empresa elegível a qual se adjudique um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (v) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vi) impor outras sanções que considere apropriadas às circunstâncias do caso, incluída a aplicação de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição às sanções referidas no Artigo 7(c)(i), no Artigo 7(c)(ii)(bb) e nos itens (i) a (v) deste Artigo 8(b).

(c) O disposto no Artigo 7(c)(i) e no Artigo 8(b)(i) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção, ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas), poderá ver-se sujeito a sanções, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste

parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) Quando o Beneficiário adquira bens, contrate obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, ou contrate uma agência especializada para prestar serviços de assistência técnica ao amparo de um acordo entre o Beneficiário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria ou consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços conexos com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Banco se reserva o direito de obrigar o Beneficiário a valer-se de recursos como a suspensão ou rescisão do contrato. O Beneficiário se compromete a incluir nos contratos com as agências especializadas disposições obrigando a mesma a consultar a lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos conexos e tomará outras medidas que considere convenientes.

Artigo 9. Taxa de Câmbio. (a) O Beneficiário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito da Contribuição ou do Aporte, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma despesa elegível efetuada em moeda local do país do Beneficiário na moeda em que se realizem os desembolsos, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da despesa elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da moeda do desembolso na moeda local do país do Beneficiário; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na moeda local do país do Beneficiário.

(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em moeda local a débito do Aporte ou o reembolso de despesas a débito da Contribuição, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

Artigo 10. Seleção e contratação de serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao estabelecido no inciso (b) deste Artigo, o Beneficiário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem, a contratação de serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Beneficiário declara conhecer e, conforme o caso, se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, Agência de Contratações e agência especializada, se houver, as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores.

(b) Quando o Banco tenha validado algum sistema ou subsistema do país-membro do Banco onde o Projeto será executado, o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos da Contribuição utilizando tais sistemas ou subsistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação e processos aplicáveis validados. Os termos de tal validação serão notificados por escrito pelo Banco ao Beneficiário e ao Órgão Executor. O uso do sistema ou subsistema do país poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido validados pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Beneficiário se compromete a comunicar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor comunique ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis validados. O uso de sistemas de país ou subsistemas de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Convênio. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Beneficiário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor inclua, nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Beneficiário se compromete a atualizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos, anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Beneficiário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

(e) Para efeito do anterior: (i) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, assume, total ou parcialmente, a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto; (ii) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do Projeto, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores; (iii) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Projeto pelo Banco; (iv) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Projeto pelo Banco.

(f) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Projeto, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e contratar os consultores e serviços diferentes de consultoria previstos no Projeto.

(g) Quando os bens e serviços adquiridos e contratados para o Projeto forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(h) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços diferentes de consultoria ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços diferentes de consultoria e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Projeto.

(i) Durante a execução do Projeto, os bens a que se refere o inciso (f) deste Artigo serão utilizados exclusivamente para a realização do Projeto. Concluída a execução do Projeto, tais bens poderão ser empregados para outros fins.

(j) Os bens compreendidos no Projeto serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 11. Outras obrigações contratuais dos consultores. (a) Além dos requisitos especiais incluídos no Artigo 12(c), no Artigo 13(g) e no Artigo 14(e) destas Normas Gerais, nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o

Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) Fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) Fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) No caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Projeto, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal; e
- (iv) Ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto.

(b) Não obstante o estipulado no inciso (a)(iv) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará tais produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 16 destas Normas Gerais.

Artigo 12. Sistema de Gestão Financeira e Controle Interno. (a) O Beneficiário se compromete a manter ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha, controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos estabelecidos neste Convênio, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Convênio e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Beneficiário se compromete a manter e a que o Órgão Executor mantenha um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição, do Aporte e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Beneficiário se compromete a conservar e a que o Órgão Executor conserve os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do prazo para o desembolso dos recursos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito da Contribuição com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Beneficiário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos da Contribuição por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

Artigo 13. Relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios financeiros.

(a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Beneficiário ou, conforme caso, o Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o prazo para o desembolso dos recursos e suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

(b) Adicionalmente, o Beneficiário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco, outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Beneficiário autoriza e, conforme o caso, se compromete a que o Órgão Executor autorize a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor selecione e contrate os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário também se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão

Executor forneça ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Convênio quando: (i) do resultado da análise de custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(h) Os documentos de licitação e os contratos que o Beneficiário ou o Órgão Executor celebre com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir uma disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

Artigo 14. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá permitir que o Banco inspecione a qualquer momento o Projeto, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. O pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor deverão colocar seu pessoal à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou, conforme o caso, o Órgão Executor se recuse a atender a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

(e) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição celebrados pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os requerentes, proponentes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários: (i) permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco; (ii) prestem plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) forneçam ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra o requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes ou concessionário.

Artigo 15. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) Proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) Apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre os mesmos;

- (c) Fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Projeto e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) Manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Projeto.

Artigo 16. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Projeto, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 17. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Projeto realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Projeto no local.

Artigo 18. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Projeto.

Artigo 19. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do

Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.
- (d) **Procedimento.**
 - (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
 - (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
 - (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.
- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.
- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO ÚNICO

Programa de Apoio a Parcerias Público-Privadas em Infraestrutura Projeto para Suporte ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas voltado a Entidades Subnacionais Brasileiras

I. Considerações Gerais

- 1.01** As atividades previstas neste Convênio serão financiadas com recursos da Cooperação Técnica Regional (Programa) aprovada sob a modalidade não reembolsável (ATN/OC-16388-RG) e recursos de contrapartida local, conforme descrito a seguir.

II. O Programa

- 2.01** O objetivo do Programa é apoiar os países mutuários membros do Banco na implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP) em infraestrutura.
- 2.02** O Programa contempla os seguintes componentes:

Componente 1. Fortalecimento do marco regulatório institucional e priorização de projetos de PPPs

- 2.03** Este componente poderá financiar: (i) marco regulatório institucional de PPPs, incluindo sua preparação, fortalecimento e implementação; (ii) ferramenta de priorização de projetos de PPP, levando em conta critérios de: (a) impacto econômico e estratégico; (b) desenho do projeto, grau de avanço técnico e cronograma; (c) instituições e stakeholders; (d) viabilidade financeira e impacto fiscal; e (e) modelo de PPP.

Componente 2. Apoio à preparação de projetos PPP

- 2.04** Este componente poderá financiar os estudos necessários para a preparação de projetos específicos PPP, incluindo estudos de pré-viabilidade e viabilidade, desenho de projetos, preparação de documentos e revisão para realizar pedidos de financiamento e/ou para licitação, e estudos relacionados com a viabilidade do projeto (técnica, financeira, ambiental, social, institucional e legal), para projetos patrocinados pelos setores público e privado.

Componente 3. Disseminação de conhecimento em temas relacionados a PPPs

- 2.05** Este componente poderá financiar (i) workshops de capacitação técnica de funcionários públicos e técnicos na utilização da plataforma *source*; (ii) organização e financiamento

de workshops de capacitação de PPP e foros de disseminação de PPPs como, por exemplo, o PPP Américas; e (iii) publicações e ferramentas digitais sobre a utilização de PPPs em projetos de infraestrutura.

III. Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Projetos de Parcerias Público-Privadas voltado a Entidades Subnacionais Brasileiras

- 3.01.** O objetivo específico do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Projetos de Parcerias Público-Privadas voltado a Entidades Subnacionais (Projeto) previsto neste Convênio, a ser financiado com recursos do Programa, é aumentar o volume e a qualidade de investimentos em infraestrutura nos setores prioritários e melhorar a qualidade dos projetos de PPPs. Os objetivos específicos do Projeto são: (i) promover melhores práticas nos processos de avaliação de viabilidade de projetos de infraestrutura nos setores prioritários; (ii) garantir que projetos implementados atendam aos requisitos de gerar valor por dinheiro, preservar a sustentabilidade fiscal e mitigar impactos sociais e ambientais negativos; (iii) implantar metodologias efetivas de estruturação que promovam projetos capazes de oferecer vantagens aos usuários e pagadores de impostos; (iv) garantir que os interesses dos grupos sociais afetados sejam incorporados de forma qualificada nos produtos, resultados e impactos dos investimentos em infraestrutura apoiados; e (v) gerar e reproduzir conhecimento a respeito das boas práticas no campo do ciclo de projetos de PPP, bem como disseminá-lo em instituições nacionais e subnacionais brasileiras.
- 3.02.** Os recursos deste Convênio financiarão as atividades descritas no Componente 2 do Programa, ou seja, estudos técnicos, financeiros, ambientais, sociais, institucionais e legais, voltados à avaliação de pré-viabilidade e viabilidade, bem como à estruturação de Projetos de PPP em entidades subnacionais brasileiras (Beneficiários Finais Elegíveis). No contexto do Componente 2 da Cooperação Técnica Regional, poderão ser financiados, entre outros, o apoio técnico e jurídico à realização da licitação pelas entidades contratantes das PPPs.
- 3.03.** Para os fins do disposto nos itens anteriores, entende-se por PPPs o regime instituído pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (concessões), e as modalidades de PPPs de que trata a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, bem como outros arranjos que permitam o investimento privado em infraestrutura pública por meio de contratos de longo prazo que estabeleçam uma eficiente alocação de riscos entre as partes.
- 3.04.** Os Projetos de PPP a serem realizados no âmbito deste Convênio deverão ter sido selecionados por meio de Chamamento Público do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP), administrado pelo Órgão Executor, e autorizados por meio de resolução do Conselho de Participação do FEP, e poderão tratar-se de serviços municipais ou estaduais de:

- (a) Abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- (b) Manejo de resíduos sólidos;
- (c) Mobilidade urbana;
- (d) Iluminação Pública; ou
- (e) Outros, definidos em comum acordo entre as partes.

3.05. Os Projetos de PPP a serem realizados no âmbito deste Convênio serão selecionados de comum acordo entre a Órgão Executor, o Banco e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG ou Interveniente Anuente), que conformarão o Comitê de Acompanhamento, levando em consideração os critérios e composição estabelecidos no ROP. A participação do Ministério no Projeto será restrita à participação de seu representante no Comitê de Acompanhamento. O Ministério não assume qualquer compromisso ou responsabilidade em relação às demais Cláusulas desta Carta-Convênio.

IV. Execução

4.01. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FEP, será o Organismo Executor das atividades previstas neste Convênio.